

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Ponta Porã – MS, 28 de Outubro de 2019.

**Profª Maria Leny Antunes Klais**  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 102/2019**

**A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PROFESSORA MARIA LENY ANTUNES KLAIS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE O CARGO LHE CONFERE,**

**RESOLVE:**

Art. 1º - **Designar** a servidora **MARTINA RODRIGUES**, Professora concursada 20 h/a, lotada na E.M Lydio Lima por 60 dias como **Professora readaptada Auxiliando outras professoras no atendimento educacional dos discentes**, a partir de 09/10/2019 a 07/12/2019 conforme laudo médico do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Ponta Porã.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Ponta Porã – MS, 28 de Outubro de 2019.

**Profª Maria Leny Antunes Klais**  
Secretária Municipal de Educação

**Lei**

**LEI COMPLEMENTAR Nº. 192, DE 28 DE OUTUBRO DE 2019.**

*“Altera a Lei Complementar n. 022, de 15 de abril de 2005, que institui o programa de incentivos para o desenvolvimento econômico e industrial de Ponta Porã - INDUSPORÃ e dá outras providências”.*

**Autor: Poder Executivo.**

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

**Artigo 1º** - O artigo 2º da Lei Complementar n. 022/2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º. Para implementação do INDUSPORÃ, fica o Chefe do Poder Executivo, com base em parecer aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – CONDECON, autorizado a:

I – Conceder a doação de área pública para construção das obras necessárias ao funcionamento da empresa interessada em instalar suas atividades no Município de Ponta Porã, ou ainda, a cessão de uso de área de que o Município seja proprietário ou possuidor a qualquer título, pelo período de 10 (dez) anos, prorrogáveis por igual período, no caso de interesse público justificado.” (NR)

**Art. 2º** – Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã, 28 de outubro de 2019.

**Hélio Peluffo Filho**  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.417, DE 28 DE OUTUBRO DE 2019.**

**Autoriza aplicação de penalidades administrativas pela prática de atos de discriminação por motivo religioso.**

**Autor: Vereador Candinho Gabínio.**

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona seguinte lei:

**Art. 1º** - Será punido, nos termos desta Lei, todo ato discriminatório por motivo de religião, praticado no Município de Ponta Porã, por qualquer pessoa, jurídica ou física, inclusive a que exerça função pública.

**Art. 2º** - Consideram-se atos discriminatórios, por motivo de religião, para os efeitos desta Lei:

- I- praticar qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória;
- II- proibir o ingresso ou permanência em ambiente ou estabelecimento aberto ao público;
- III – criar embaraços à utilização das dependências comuns e áreas não-privativas de edifícios;